

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE GOIÁS S/A – CEASA/GO.**

Referências:

Licitação nº: 003/2025 – CEASA

Processo Adm. nº: 202500057000122

GUEPARDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.664.169/0001-53, sediada na Avenida José Leandro da Cruz, nº 2020, Quadra 72, Lote 30, Sobrado 03, Parque Amazônia, Goiânia, Goiás, CEP-74840-390, por intermédio de seu sócio administrador, senhor Cleyton da Silva Menezes, vem à digníssima presença de Vossa Senhoria, na forma do art. 59, § 1º, da Lei nº 13.303/1916, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, nos termos de fato e de direito a seguir expostos.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Embora a Lei nº 13.303/16 expressa claramente que o prazo para interposição de recurso seja de 5 dias úteis contados da habilitação da empresa vencedora, a plataforma que conduz a presente licitação, de forma incorreta, reduziu o prazo legal para 4 dias úteis já que não exclui o dia do começo, conforme determina a lei, razão pela qual o prazo derradeiro é dia **09/07/2025**, já que a decisão que declarou a empresa recorrida vencedora restou publicada no dia 03/07/2025, sendo, portanto, TEMPESTIVO, devendo ser recebido e processado na forma da lei.

2. DA SÍNTESE FÁTICA

Conforme se verifica do caderno processual licitatório, a empresa **SAMMA VIGILÂNCIA LTDA** (CNPJ nº 1.556.418/0001-50), foi declarada como vencedora do Certame por esta Douta Comissão, em 03 de julho de 2025. (*decisão administrativa nos autos*).

Ocorre que, perfazendo análise persecutória dos autos do processo licitatório, é possível observar de forma inequívoca e robusta que a documentação apresentada, além daquelas que não foram juntadas aos autos pela recorrida, tornam-na inabilitada para o Certame, o que deveria ter sido decidido *ex officio* por este ilustre Pregoeiro.

Assim, diante da omissão do Pregoeiro do procedimento licitatório em voga, necessário se faz a interposição tempestiva e adequada desta irresignação, objetivando apontar seja a referida empresa (SAMMA) inabilitada na forma da lei, e sua proposta desclassificada, por ser de direito e de justiça, conforme passa a expor minuciosamente.

3. DO MERITUM CAUSA

Como dito por ocasião da narrativa fática, existem uma série de inconsistências na documentação da recorrida (SAMMA), além daquelas obrigatórias que não foram colacionadas aos autos, que impõe a sua inabilitação imediata.

Não bastasse, a sua proposta consubstanciada na Planilha de Custos e Formação de Preços apresenta incongruências com a legislação aplicável e comando editalício, impondo, sem a menor dúvida, a necessária desclassificação, inclusive pela inexequibilidade constada, conforme a seguir demonstrado.

3.1. DA AUSÊNCIA DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA / DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO / INABILITAÇÃO IMEDIATA.

Como é sabido, a Portaria nº 18.974/2024 – DG/DPF, diga-se de passagem, que revogou a Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, estabelece como requisito obrigatório de funcionamento para as empresas de vigilância e segurança ostensiva armada e desarmada a existência do Certificado de Segurança e Autorização de Funcionamento válidos e vigentes.

Confira-se os arts. 8º e 9º, §§ 1º e 2º:

“Art. 8º e 9º (...);

§ 1º. *Proposta a aprovação das instalações físicas pela DELESP ou pela UCV, **o certificado de segurança será emitido pelo delegado regional executivo**, se concordar com a DELESP ou com a UCV, tendo validade até a próxima revisão de autorização de funcionamento do estabelecimento.*

§ 2º. **A renovação do certificado de segurança constitui requisito para a revisão da autorização de funcionamento do estabelecimento**, devendo ser requerida juntamente com o processo de revisão mediante a comprovação do recolhimento das taxas de vistoria das instalações e de renovação do certificado de segurança”. *Destaquei*

Do mesmo modo, por diversas passagens da referida Portaria, o Certificado de Segurança é requisito *sine qua non* para a emissão de Autorização de Funcionamento, senão vejamos:

*“Art. 12. **Para obter a revisão da autorização de funcionamento, as empresas de vigilância patrimonial deverão apresentar** requerimento dirigido ao coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos instruído com:*

*IV - **certificado de segurança válido**, inclusive de suas filiais na mesma unidade da Federação;*

Ora, não restam dúvidas de que qualquer empresa de vigilância e segurança ostensiva armada ou desarmada necessita apresentar nos procedimentos licitatórios o Certificado de Segurança e a Revisão de Autorização de Funcionamento válidos e vigentes, sob pena de não preencherem os requisitos essenciais à habilitação jurídica.

Ocorre que, por se tratar de condição prévia o exame sumário da documentação habilitatória, esta Douta Comissão, representada pelo ilustre Pregoeiro, não se atentou para a ausência de juntada do respectivo Certificado de Segurança e da Revisão de Autorização de Funcionamento da empresa recorrida (SAMMA), válidos e vigentes, o que impõe a sua inabilitação imediata, por ser de direito e de justiça.

Importante registrar que o Alvará nº 2.831, de 21 de abril de 2024, diga-se de passagem, último apresentado pela recorrida, não tem validade mais, afinal de contas o prazo de vigência, segundo a Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, art. 13, § 4º, da Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF, é de apenas 1 (um) anos.

Confira-se:

“Art. 13. (...).

§ 4º. Os alvarás expedidos pelo coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos **terão validade de um ano**, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União, autorizando a empresa a funcionar nos limites da unidade da Federação para a qual foram expedidos”. Destaquei

Portanto, ou a recorrida não possui o Certificado de Segurança e a Revisão de Autorização de Funcionamento válidos e vigentes, ou deixou de apresentá-los no momento oportuno, cuja falha desagua na sua necessária inabilitação imediata do Certame.

Imperioso é fazer alusão ao fato de que, segundo o subitem 10.18 e 10.18.1 do Edital, em sintonia com a lei (**art. 64 da Lei nº 14.133/2021, aplicada subsidiariamente**), torna-se impossível a substituição ou apresentação de documentos, ainda que novos, que deveriam ter sido juntados na fase ordinária para esse fim, a não ser para complementar informações de documentos já colacionados válidos e vigentes, o que não seria o caso dos autos.

Vejamos:

“10.18. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

10.18.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

De modo que **não poderá a recorrida juntar a documentação faltante**, sob pena de transgressão aos princípios da legalidade, isonomia, moralidade, probidade da administração pública, vinculação ao instrumento convocatório e competitividade, conforme norma insculpida no art. 31, “caput”, da Lei nº 13.303/2016.

Assim, consubstanciado na Lei nº 13.303/2016, que rege os procedimentos licitatórios das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista, no âmbito estadual, importante fazer alusão ao tema, conforme se verifica do art. 58, I, que diz o seguinte:

“Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante”. *Grifei*

No mesmo rumo, o Edital de Licitação em seu subitem 16.10, por analogia, informa que a inabilitação é o remédio para a documentação incorreta ou a sua ausência, senão vejamos:

“16.10. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante. *As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias contados da data da publicação do Edital”.* *Grifei*

Portanto, nos termos do subitem 16.3.1.5, deveria a recorrida ter apresentado, quando da habilitação, a documentação emitida pela Polícia Federal que lhe autoriza funcionar como empresa de segurança privada, a saber, o Certificado de Segurança e a Autorização ou Revisão da Autorização de funcionamento, sob pena de promover ofensa aos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório (art. 31 da Lei nº 13.303/16).

Confira-se:

“16.3.1.5 – ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir”. *Grifei*

Assim, não há a menor dúvida que a empresa recorrida (SAMMA) deve ser **INABILITADA** do Certame por não ter apresentado a documentação relativa à habilitação jurídica em sua totalidade, cujo vício é insanável, na forma da lei, o que desde logo fica requerido.

3.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA / ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA NÃO ATENDEM ÀS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS / AUSÊNCIA DE SIMILARIDADE / INABILITAÇÃO NECESSÁRIA

Em breve leitura do subitem 4.4 do Edital, que trata dos requisitos da contratação, observa-se que a exigência de qualificação técnica revela a necessidade de apresentação de atestados de capacidade técnica em **SERVIÇOS SIMILARES**, o que não foi atendido pela recorrida (SAMMA).

Confira-se:

*“4.4- Qualificação Técnica: **Apresentação de atestados de capacidade técnica comprovando experiência na execução de serviços similares”.***

Destaquei

Ocorre que, o posto de vigilância 24 horas, relativo ao vigilante líder de **posto/ronda MOTORIZADA** exige a comprovação inquestionável que a empresa tenha prestado serviços nessas condições, ou seja, SIMILARES.

Registre-se que a expressão “SIMILARES” não é letra morta do Edital que faz lei entre as partes, mas tem efetiva aplicabilidade, não podendo ser desprezada por esta Douta Comissão.

Todavia, ao perfazer análise dos atestados apresentados pela recorrida, emitidos pelas empresas MINA TUCANO LTDA, NUTRION AGRONUTRIENTES LTDA e SAKURA ALIMENTOS LTDA, não se verificou o cumprimento da exigência editalícia, conquanto **não há em nenhum desses documentos a comprovação de que a recorrida tenha prestado serviços de RONDA MOTORIZADA**, estando, portanto, em desconformidade com o subitem 4.4 do Edital, razão pela qual deve ser inabilitada.

3.3. DA INCORRETA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DA RECORRIDA / AUSÊNCIA DA COTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DA HORA INTERVALAR / IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO POR MAJORAÇÃO DO PREÇO OFERTADO / PROPOSTA INEXEQUÍVEL / DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

É sabido que erros em preenchimentos de Planilhas de Custos e Formação de Preços é passível de correção, **desde que isso não**

acarrete a majoração do preço já ofertado pela licitante, bem como não impossibilite a execução do contrato, conforme dispõe item 7.9 da IN nº 05/2017 e o subitem 15.12 do Edital.

Confira-se:

*“7.9. Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, **quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.***

*“15.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. **A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.**” Grifei*

Reforça-se aqui, que o item 10.18 do Edital, que trata-se de cópia *ipsis litteris*, do art. 64, I, da Lei nº 14.133/2021, aplicada subsidiariamente, veda expressamente a juntada de documentos, ou a inclusão de informações que deveriam ter sido apresentados no momento oportunizado em fase específica da licitação.

Em cotejo ao Edital de Licitação, sobretudo no subitem 3.3.1, verifica-se que há exigência de que cada participante deverá remunerar **OBRIGATORIAMENTE** os horários de intervalos dos postos 12 x 36, consoante dispõe o art. 71, § 4º, da CLT.

Confira-se:

*“3.3.1 Os serviços de vigilantes serão executados nos postos de serviços com jornada 12h x 36h de segunda a domingo de forma ininterrupta, **devendo a empresa obrigatoriamente remunerar o horário de intervalo dos postos 12h x 36h conforme previsto no art. 71, §4º da CLT.***

Por sua vez, o art. 71, § 4º, da CLT expressa que a intrajornada, quando suprimida deverá ser indenizada à razão de 1 horas por dias de trabalho, acrescida de 50%, na forma do art. 59, § 1º, da CLT.

Confira-se:

“Art. 59. A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

*§ 1º. **A remuneração da hora extra será, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) superior à da hora normal.***

Art. 71 - Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 4º. A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, **implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho**".

Destaquei

Nesse diapasão, portanto, na Planilha de Custos e Formação de Preços **é obrigatória a inserção do valor da HORA INTERVALAR INDENIZADA**, conforme exigência editalícia (subitem 3.3.1) e Legal (art. 71, § 4º, da CLT), sob pena de infração ao princípios da legalidade, isonomia, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório.

Ora, considerando que o custo da HORA INTERVALAR por vigilante, nos moldes do Edital e da Lei, é de R\$265,95, que multiplicados pelos 30 empregados em postos 13x36, ter-se-á um valor de **R\$7.978,50**, o qual não foi inserido na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada pela recorrida (SAMMA), **implicando não só no descumprimento do Edital, bem como na inexecutabilidade da proposta então apresentada de forma defectiva**.

Registre-se, por oportuno, que a inserção da INDENIZAÇÃO DA HORA INTERVALAR, nos termos do subitem 3.3.1 do Edital **não decorre de mera faculdade das licitantes, mas sim de imposição obrigatória do Edital**, o que se extrai da simples leitura do mesmo.

Interessante demonstrar que, ainda que esta Douta Comissão diligencie no sentido de oportunizar a correção, o preço ofertado pela recorrida necessariamente sofreria majoração, o que é plenamente vedado pelo Edital e pela Lei, conforme já pontuado em linhas volvidas desta

peça recursal, *ex vi* do item 7.9 da IN nº 05/2017, art. 64, I, da Lei nº 14.133/2021, aplicada subsidiariamente face à omissão constatada da Lei nº 13.303/2016, e subitem 15.12 do Edital.

Nesse interim, a recorrida transgrediu três princípios básico da licitação, a saber: **(i)** Legalidade, pois descumpriu o art. 71, § 4º, da CLT; **(ii)** Vinculação ao instrumento convocatório, pois desatendeu a imposição do subitem 3.3.1 do Edital e **(iii)** Competitividade, já que desatendendo o Edital e a Lei, obviamente conseguiu apresentar proposta mais barata, o que não significa ser a proposta mais vantajosa.

Ad cautelam, importante trazer à baila a Súmula 331, IV, V e VI do Colendo TST, quanto à responsabilidade subsidiária por inadimplementos das obrigações trabalhistas, em caso de evidenciar a culpa *in vigilando e in eligendo*.

Confira-se o teor da Súmula:

“Súmula 331. (...).

*IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, **implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações**, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.*

*V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta **respondem subsidiariamente**, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da*

Lei nº 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI – A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral.

Imperioso é registrar, ainda, que o mero fato de a recorrida ter apresentado justificativa, diga-se de passagem, NÃO PLAUSÍVEL, de que sua proposta é exequível, nos termos do art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, não afasta a inexigibilidade da mesma, sobretudo pelo valor não incluso na proposta.

Ademais, como já referenciado em linhas pretéritas, **a questão não propiciava à recorrida escolher se incluiria ou não o valor relativo à indenização da hora itnervalar**, na forma do art. 71, § 4º, da CLT, pois a norma editalícia insculpida no subitem 3.3.1 é natureza cogente, obrigatória, devendo ser cumprida, e não discutida.

Essencial apontar que a Lei nº 14.133/2021, somente tem aplicação subsidiária, logo, o art. 59, § 3º, não tem aplicação no caso, face à ausência de omissão na Lei nº 13.303/2016, a qual, em seu art. 56, § 2º, e subitem 13.9 do Edital, informa que competia ao CEASA, **caso entendesse necessário**, promover diligência no sentido de aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, o que não é o caso dos autos, ora por inexistir tal diligência, ora por não ser possível a demonstração da exequibilidade.

Confira-se:

*§ 2º. A empresa pública e a sociedade de economia mista **poderão realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada**, na forma do inciso V do caput*

*13.9. A Pregoeira e Equipe de Apoio **poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do Licitante que ela seja demonstrada.***

Ora, se a Comissão de Licitação não diligenciou nesse sentido, evidentemente que já percebeu que a proposta contém vício insanável, logo merece ser desclassificada, por ser uma questão de direito e de justiça.

Ressalta-se que a antecipação feita pela recorrida, neste aspecto, apenas revela o seu prévio conhecimento da inexecutabilidade da sua proposta. Portanto, ao invés de aguardar esta Douta Comissão diligenciar, apressou-se no sentido de dizer que sua proposta seria executável, com fundamento em legislação alienígena, sem a demonstração plausível da executabilidade, mas tão somente na tentativa de fazer valer as meras falácias infundadas nesse sentido.

Assim, consubstanciada na disposição legal do art. 56, I usque III, da Lei nº 13.303/2016 e subitens 15.8, 15.8.1; 15.8.2 e 15.8.3 do Edital, face aos vícios insanáveis; descumprimento das exigências editalícias e por apresentar preços manifestamente inexecutáveis, deverá esta Douta Comissão promover a **DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA da recorrida**, o que desde logo fica requerido.

3.4. DA INTENÇÃO DE INDUZIR A COMISSÃO DE LICITAÇÃO AO ERRO / JUNTADA DE ÁLVARA VENCIDO E COM OBJETO TOTALMENTE DIFERENTE DO EXIGIDO EM EDITAL / SANÇÕES NECESSÁRIAS

Como já informado em linhas volvidas, a empresa recorrida (SAMMA), apresentou Alvará com vigência expirada, com clara intenção de induzir esta Douta Comissão ao erro.

Confira-se por amostragem o Diário Oficial da União:

ALVARÁ Nº 2.831, DE 21 DE ABRIL DE 2024

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2024/41377 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa SAMMA VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 21.556.418/0001-50, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Goiás.

CRISTIANO JOMAR COSTA CAMPIDELLI

ALVARÁ Nº 2.832, DE 21 DE ABRIL DE 2024

Não bastasse, verifica-se do Alvará da recorrida (SAMMA), diga-se de passagem, com vigência vencida, que o objeto autorizado é para **ESCOLTA ARMADA**, o que além de ser diferente do objeto exigido no Edital, que diz claramente **“Vigilância Armada Patrimonial e Ostensiva”**, não se confunde com Certificado de Segurança e Autorização de Funcionamento válidos e vigentes.

Confira-se o subitem 1.1 do Edital:

*“1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Vigilância Armada Patrimonial e Ostensiva** no mercado interno da Centrais de Abastecimento de Goiás, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento”. Grifei*

Conforme subitem 20.2 do Edital, “cometerá infração administrativa e sujeitar-se-á à aplicação de sanções caso pratique, dentre outras, as seguintes condutas:”

- a) **Apresentar documentação falsa, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal;**
- b) Falhar ou fraudar na execução do Contrato, ensejar o retardamento da execução do objeto do Contrato e causar prejuízos processuais ou financeiros à **CEASA/GO;**
- c) Der causa à inexecução total ou parcial do Contrato;
- d) **Incorrer na prática das condutas descritas na Lei nº. 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Centrais de Abastecimento de Goiás S.A (CEASA);**
- e) Desídia da **CONTRATADA** na sua atuação que provoque a perda de prazo ou à revelia da **CONTRATANTE;**
- f) Não assinar o Contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- g) Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- h) **Comportar-se de modo inidônea.**

Agindo dessa forma, a recorrida praticou ato ilícito apto à permitir a aplicação das sanções descritas no subitem 20.3, 20.3.1, 20.3.2, 20.3.3 e 20.3.4, senão vejamos:

20.3. Caso a CONTRATADA incorra nas condutas descritas nos itens acima, estará sujeita às penalidades abaixo discriminadas, bem como àquelas previstas na Lei nº. 13.303/2016 e demais legislações aplicáveis, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Diretor Presidente da CEASA/GO, garantido o direito prévio ao contraditório e à ampla defesa:

*“20.3.1. **Advertência escrita**, nos termos do art. 83, I, da Lei nº. 13.303/2016;*

*20.3.2. **Multa no valor de 0,34% (trinta e quatro centésimos por cento) ao dia sobre o valor da proposta comercial apresentada** pela CONTRATADA enquanto perdurar o ato passível de punição, com limite de 10% (dez por cento), nos termos do art. 83, II, da Lei nº. 13.303/2016;*

*20.3.3. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos**, nos termos do art. 83, III, da Lei nº. 13.303/2016;*

*20.3.4. **Impedimento de licitar e contratar com o Estado e descredenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Prestadores - SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segunda a natureza e a gravidade da falta cometida”. Grifei*

Considerando, portanto, a gravidade do ato praticado pela recorrida, que visou induzir esta Douta Comissão ao erro, apresentando documentação sem validade e vigência para propiciá-la a participar da licitação, dentro da proporcionalidade e razoabilidade, no mínimo deve ser penalizada na forma do subitem 20.3.3, sendo suspensa de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração por 2 (dois) anos, como medida punitiva e pedagógica, o que desde logo fica requerido.

4. DOS PEDIDOS

Ex positis, requer, se digne, Vossa Senhora em receber as razões recursais ora apresentadas, por serem tempestivas e adequadas, e como tal, dar-lhes procedências para **INABILITAR A RECORRIDA E/OU DESCLASSIFICAR SUA PROPOSTA**, face a fundamentação desenvolvidas em linhas pretéritas, por ser de lúdima justiça e direito;

Requer, outrossim, seja a recorrida (SAMMA) punida na forma do subitem 20.3.3 do Edital e fundamentação constante dessa peça recursal;

Outrossim, requer seja dado **efeito suspensivo** ao presente recurso, na forma da lei;

Por fim, em razão do provimento do presente recurso, requer seja dado continuidade ao procedimento licitatório, com a convocação da recorrente, tudo na forma da lei aplicável;

Não sendo procedente o presente recurso, o que se admite apenas por amor ao debate, pugna-se seja a recorrente intimada, para valer-

se dos recursos ainda a seu alcance, tanto administrativos, quanto judiciais, com vista a imprimir a legalidade que o processo impõe.

Nesses termos,
Requer deferimento.

Goiânia/GO, 07 de julho de 2025



GUEPARDO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA

CNPJ nº 20.664.169/0001-53

(Cleyton da Silva Menezes)